

AMADEU NUNES DE SOUZA
KAMILA CALDEIRA GONÇALVES
SAULO BATISTA ROQUE

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE: UMA PERCEPÇÃO
DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO
OTONI - MG

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI –
UNIDOCTUM
TEÓFILO OTONI - MG
2019

AMADEU NUNES DE SOUZA
KAMILA CALDEIRA GONÇALVES
SAULO BATISTA ROQUE

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE: UMA PERCEPÇÃO
DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO
OTONI - MG

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni – UNIDOCTUM, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Princípios Contábeis.

Orientador: Professora Adenide Rodrigues Pereira.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI –
UNIDOCTUM
TEÓFILO OTONI - MG

2019



CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI
UNIDOCTUM
NÚCLEO DE TCC / CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Reconhecido pela Portaria 14 de 22/11/2011 – MEC

FOLHA DE APROVAÇÃO

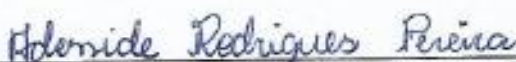
O Artigo Científico intitulado: *A aplicação do Princípio da Entidade: Uma percepção dos profissionais contábeis do município de Teófilo Otoni – MG,*

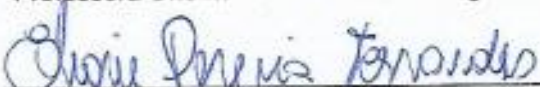
elaborado pelas alunos Amadeu Nunes de Souza
Kamila Caldeira Gonçalves
Saulo Batista Roque,

foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Teófilo Otoni, 3 de julho de 2019


Professora Orientadora: Adenide Rodrigues Pereira


Professora Examinadora: Eliane Pereira Fernandes


Professor Examinador: Luciano Campos Lavall

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO	5
1. TEORIA DA CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO.	5
2. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	7
2.1. CPC e a lei 11.638/07	8
3. PRINCÍPIO DA ENTIDADE	9
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	10
CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS.....	17

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE: UMA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI – MG

AUTORES:

AMADEU NUNES DE SOUZA¹

KAMILA CALDEIRA GONÇALVES²

SAULO BATISTA ROQUE³

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis se trata de uma pesquisa onde foi feito um levantamento bibliográfico sobre os princípios contábeis e pesquisa de campo com a aplicação de questionários aos profissionais contábeis do Município de Teófilo Otoni – MG, o principal objetivo da pesquisa era demonstrar a percepção dos profissionais contábeis em relação a utilização do princípio da entidade pelas empresas e como isso influenciaria na gestão contábil das empresas. Esse estudo foi feito a partir de uma pesquisa descritiva, empregando-se uma pesquisa de campo, com a aplicação de questionário aos profissionais contábeis que geraram informações necessárias para a obtenção da percepção desse profissional sobre o tema e conseqüentemente apresentando esses números em gráficos.

Palavras Chave: Teoria da Contabilidade; Princípios Contábeis; Princípio da entidade; Confusão Patrimonial.

¹ Graduando em Ciências Contábeis, residente a Rua Antônio Ribeiro Ramos, nº11, Bela Vista, Teófilo Otoni – MG, telefone: (33)991198256, e-mail: ammadeubedeu@gmail.com

² Graduanda em Ciências Contábeis, residente a Rua Raimundo Figueiredo de Oliveira, nº 178, Solidariedade, Teófilo Otoni – MG, telefone (33) 988342588, e-mail: milla_caldeirag@hotmail.com

³ Graduando em Ciências Contábeis, residente a Rua 21 de Abril, nº31, São Cristóvão, telefone: (33) 988741456, e-mail: sauloroque20@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se trata de um artigo científico desenvolvido para o curso de Ciências Contábeis, na área de conhecimento sobre a Teoria da Contabilidade, com foco na utilização do Princípio da Entidade. O principal objetivo do trabalho é demonstrar a percepção dos profissionais contábeis sobre a aplicação do princípio da entidade e como isso poderia influenciar para que as empresas tenham uma gestão contábil eficaz e eficiente. O artigo foi desenvolvido através de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, onde houve a aplicação de questionário aos profissionais contábeis do município de Teófilo Otoni – MG e os dados demonstrados através de gráficos.

A principal problemática seria a aplicação do princípio da entidade, nas empresa de Teófilo Otoni – MG, sob a perspectiva dos profissionais contábeis de Teófilo Otoni. As seguintes hipóteses foram levantadas no projeto de pesquisa: Seria o princípio da entidade apenas um detalhe exigido pelos profissionais contábeis, que na prática não influenciaria no resultado da empresa; A não observância do princípio da entidade seria um empecilho para uma atividade contábil eficaz e eficiente; Seria o princípio da entidade uma teoria completamente desconhecida pelos profissionais da região e pouco utilizado pelos profissionais contábeis; o conhecimento sobre o princípio da entidade pelos micro e pequenos empresário seria fundamental para a atividade do profissional contábil.

Segue nos próximos capítulos um breve levantamento bibliográfico sobre a teoria da contabilidade e sua evolução, os princípios contábeis, o CPC e a lei 11.638/07, e uma breve explicação sobre o que seria o princípio da entidade, além da apresentação dos dados da pesquisa demonstrados através de gráficos, finalizando com a conclusão sobre o tema e a pesquisa a qual foi desenvolvida.

1. TEORIA DA CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO.

A contabilidade existe antes mesmo do surgimento de números na vida do homem, logicamente pela história da contabilidade, ela foi tratada durante anos como uma ciência exata. Diante das indagações e como sempre da ambição do homem em sempre aumentar a sua riqueza, começou-se a então analisar de forma racional as coisas que lhe pertenciam.

Iudícibus, Marion e Faria (2009, p.3-4) exemplificam essa situação:

De repente, o homem se questiona: “Quanto será que o meu rebanho cresceu desde o último frio até hoje? Será que o meu cresceu mais que do Floreto? (Floreto era o pastor de ovelhas vizinho mais próximo deste homem na antiguidade). Este homem, assim como qualquer um, era ambicioso, tinha desafios e queria ver sua riqueza aumentando.

Aqui entra a função da Contabilidade já no início da civilização: avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. Como o homem naturalmente é ambicioso, a Contabilidade existe desde o início da civilização. Alguns teóricos preferem dizer que ela existe, pelo menos, desde 4.000 antes de Cristo.

A contabilidade apesar de lidar com dados quantitativos, é uma ciência social, pois, através dela é possível modificar situações patrimoniais e com a evolução da sociedade, as formas de administrar os patrimônios. Fica cada vez mais evidenciado a necessidade de que, apesar de analisar números, o profissional contábil deve compreender e entender um patrimônio que ele estuda de forma humana, mais social. Iudícibus, Marion e Faria (2009, p.10) afirmam que: “A contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social aplicada, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial”.

Luca Pacioli, Leonardo Fibonacci, Francesco di Balduccio Pegolotti, Benetto Cotrugli, Fábio Besta, entre outros, foram grandes autores que influenciaram a história da contabilidade no mundo (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009, p.12-13), além é claro do brasileiro Antônio Lopes de Sá.

Importante e de grande relevância também foram as escolas de pensamento, onde se destacam a escola Italiana e escola norte-americana.

As principais características da escola italiana eram o excesso de uso da teoria, como por exemplo as partidas dobradas, em comprovar a contabilidade como ciência, falta de padronização, além de não darem muita importância a auditoria.

Já as principais características da escola norte americana eram que buscavam a qualidade na informação contábil, ênfase no usuário da informação, priorizando a contabilidade gerencial, valorizavam a auditoria e a padronização da contabilidade.

2. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Os princípios fundamentais de contabilidade são imprescindíveis na atividade contábil, pois normatizam e regularizam a contabilidade, padronizando as informações, tornando possível a retratação fidedigna dos patrimônios das entidades. “Os princípios contábeis são essenciais para a orientação, além de fundamentar a normatização da contabilidade, tendo em vista que são considerados a vanguarda da ciência contábil, servindo assim, para justificar e fundamentar as suas ações” Lopes de Sá (2000, apud ROCHA et al, 2018, p.11).

Segundo Ludícibus, Marion e Faria (2009, p. 63):

Os princípios Fundamentais de Contabilidade são os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da Contabilidade, que, como vimos, consistem em apresentar informação estruturada para os usuários.

“Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância” (CFC, 2008, p.21). Os princípios fundamentais de contabilidade deixam de maneira clara e objetiva as demonstrações do patrimônio da empresa, dando a compreensão dos devidos registros feitos, garantindo a interpretação dos envolvidos independentemente de localidade ou até mesmo do país, unificando suas demonstrações.

De acordo com Ludícibus, Marion e Faria (2009, p.65):

Os princípios Fundamentais, na Contabilidade, exercem a mesma função. São “guias” de direção que, devidamente observados, vão nos levar aos objetivos desejados, sem grandes problemas, sem desvio de rota, sem entrar na variante ou rodovia errada e, às vezes, quando a cidade (objetivo) é grande demais (objetivos complexos) vão nos ajudar a acessar o lado certo da cidade: Centro, Zona Sul, Zona Norte, etc. Aliás, toda a Contabilidade nada mais é do que um gigantesco painel de indicadores, no que se refere ao gerenciamento de uma entidade.

Com o mundo globalizado, tornou-se necessário que as normas fossem padronizadas para não haver divergência nas informações, para se ter um melhor entendimento tanto dos empresários quanto do profissional contábil.

“A ciência contábil, possui seis princípios como sendo os mais necessários à sua fundamentação, esses princípios são: o da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Competência, e da Prudência” (ROCHA et al, 2018, p.9).

2.1. CPC e a lei 11.638/07

A aprovação da lei 11.638/07 veio trazer grandes mudanças no cenário da contabilidade.

Filho, Lopes e Pederneiras (2009, p.77) descrevem:

A nova lei trouxe uma série de alterações, sendo a mais importante: definir que o Brasil sempre estabeleça seu modelo com base nos tratamentos comumente utilizados em mercados internacionais. Assim foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que alterou a Lei 6.385/76, permitindo que a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central e demais organismos e agências reguladoras celebrem “convênio em entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas”

O CPC foi criado para simplificar o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. “Dessa forma, o papel do CPC consiste em estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre contabilidade, sempre com o objetivo de convergência às normas internacionais” (FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009, p.77).

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais"(CPC⁴).

⁴ CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>.

3. PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Primeiramente é importante compreender o que seria entidade contábil. Iudícibus (2009, apud Silva, Morozini e Castro, 2013, p.3), define:

Entidade contábil é o ente, juridicamente delimitado ou não, divisão ou grupo de entidade ou empresas para as quais devemos realizar relatórios distintos de receitas e despesas, de investimentos e retornos, de metas e realizações, independentemente dos relatórios que fizermos para as pessoas físicas ou jurídicas que têm interesse em cada uma das entidades definidas em cada oportunidade.

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009, p.68), “é preciso considerar que para a contabilidade, o patrimônio de um pessoa física que porventura participe do capital de outra entidade (esta como pessoa jurídica), também pode ser considerado uma entidade contábil”.

Este princípio é considerado uma das bases sobre a qual está fundamentada a contabilidade, pois ele trata, essencialmente, da relação empresa e o seu dono (sócio/proprietário). Este trata da separação que a contabilidade faz sobre o que é patrimônio da empresa e o que é patrimônio dos seus proprietários, ou seja, ele versa sobre o cuidado de não serem confundidos os bens e direitos da empresa com aqueles que são dos seus donos, pois se não forem tratados desta forma a companhia poderá ter sua saúde financeira afetada (ROCHA et al, 2018, p.13)

Segundo Marion (2015, p. 33) “em primeiro lugar, há necessidade da existência da entidade contábil, ou seja, uma pessoa para quem é mantida a Contabilidade. Não havendo entidade contábil, não há, evidentemente, a contabilidade aplicada”. “O importante para caracterizar bem o princípio é que, para todos os efeitos, o patrimônio de uma entidade não se confunde com o de outra, os patrimônios dos sócios não se confundem com o da empresa” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009, p.68).

Ainda sobre o pensamento de Marion (2015, p.33):

Desse primeiro conceito deduz-se que a Contabilidade é mantida para a entidade como pessoa distinta dos sócios. A contabilidade é realizada para a entidade, devendo o contador fazer um esforço para não misturar as movimentações da entidade com as dos proprietários. Pessoas físicas e jurídicas não devem ser confundidas, ou sócios não devem ser confundidos com empresas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa apresentada, representa uma visão dos profissionais contábeis sobre a utilização do princípio da entidade pelas empresas do Município de Teófilo Otoni – MG. De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade, em Teófilo Otoni existem 387 profissionais de contabilidade em atividade. O número de entrevistados foi de 81 profissionais contábeis, número esse obtido através do cálculo amostral, com uma margem de erro de 10% e nível de confiança de 95%, considerando uma população mais heterogênea chegando ao número de mínimo de entrevistados de 79.

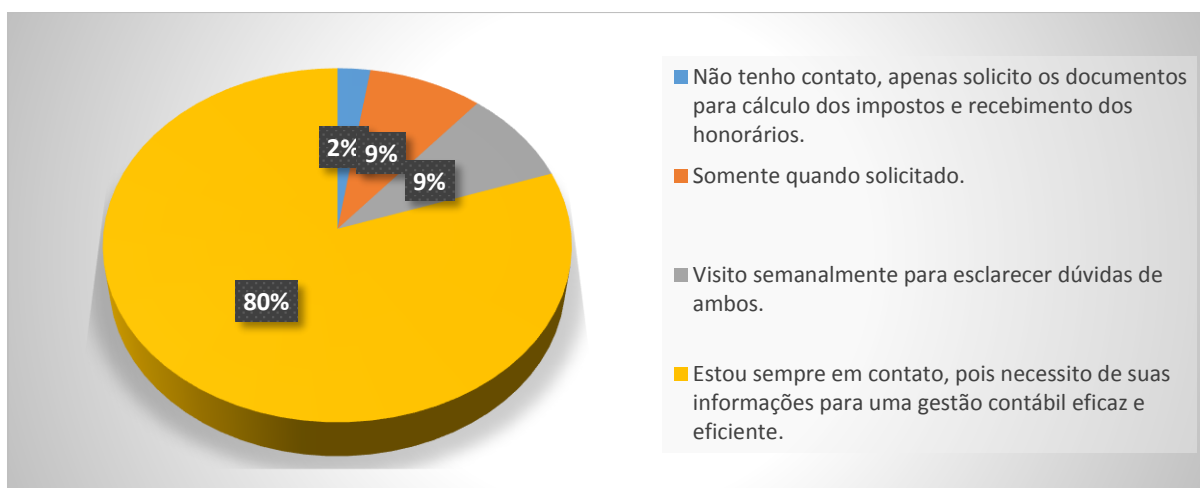
Cálculo Amostral:

$$n^{\circ} = \frac{1}{0,10^2} \quad n^{\circ} = \frac{1}{\left(\frac{10}{100}\right)^2} = \frac{1}{1} \times \frac{100^2}{10^2} = \frac{10.000}{100} = 100$$

$$n = \frac{387 \times 100}{387 + 100} = 79$$

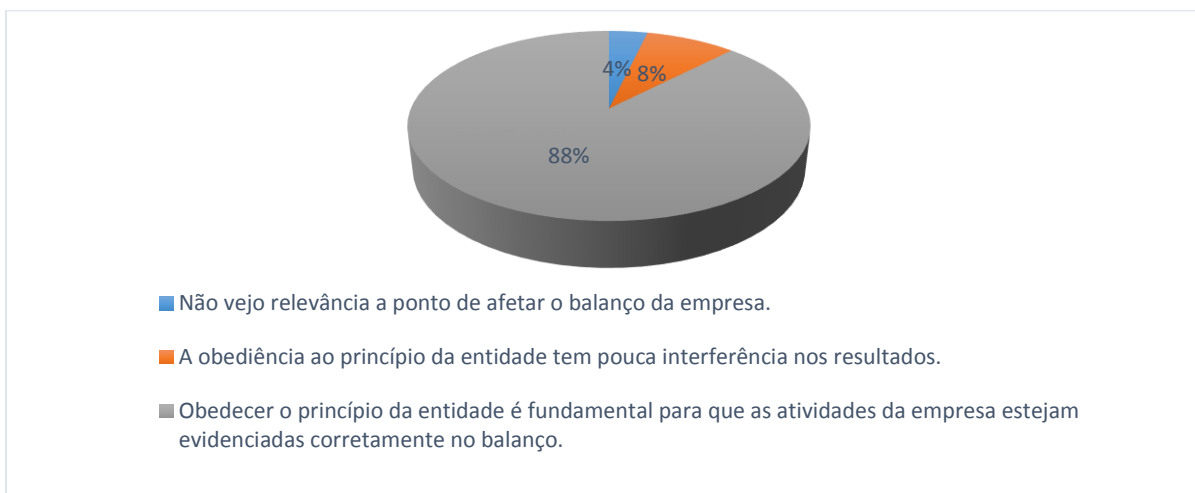
Pode-se observar que 80% (gráfico 1) dos profissionais contábeis, estão sempre em contato com seus clientes, garantindo assim uma troca de informações entre ambos e que apenas 2% (gráfico 1) dos profissionais mantêm pouco contato com as empresas, trabalhando apenas com emissão de documentos e tributos.

Gráfico 1 - O relacionamento com o cliente.



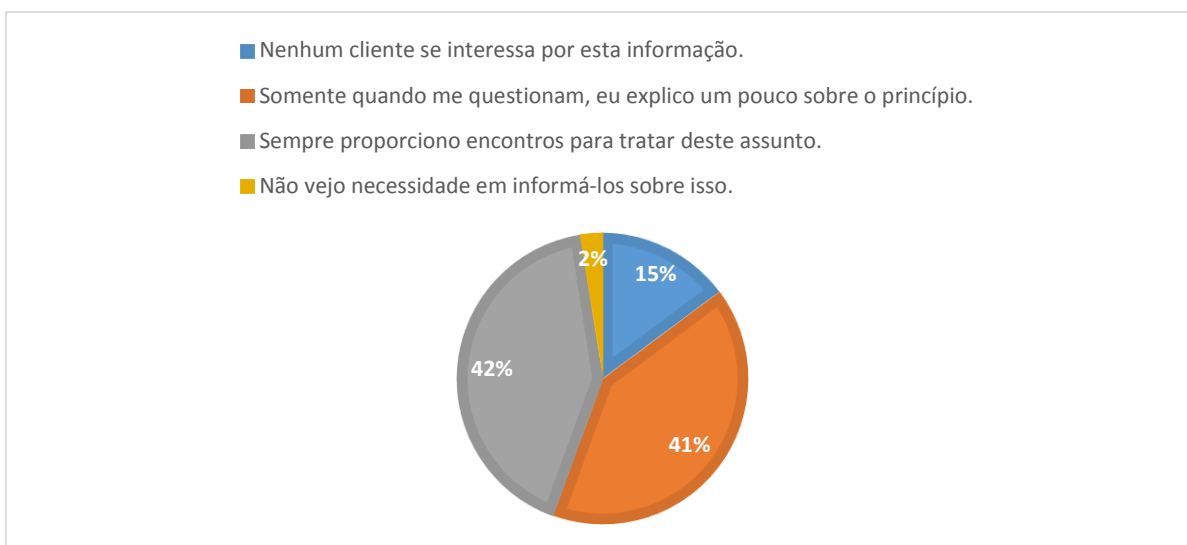
Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Percepção do Princípio da entidade em garantir a representação fidedigna no balanço da empresa.



Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Gráfico 3 - Conversa ou tentativa de explicar aos seus clientes sobre o princípio da entidade.



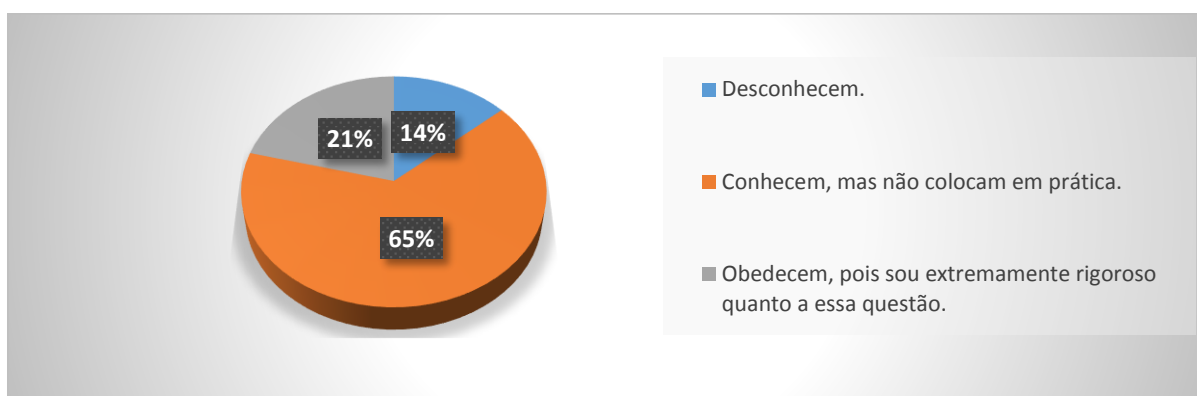
Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Em relação a obediência do princípio da entidade 88% (gráfico 2) acreditam que é fundamental obedecer o princípio para que possa ter uma gestão contábil correta da empresa e apenas 4% (gráfico 2) não vê grande influência da não aplicação do princípio. Em confronto com o gráfico 2, o que chama a atenção é que 41% (gráfico 3) conversam com seus clientes somente quando são procurados, 15% (gráfico 3) falam que nenhum cliente se interessa pelo assunto e 42% (gráfico 3) procuram fornecer encontros e esclarecimentos sobre o tema.

Para 65% dos entrevistados (gráfico 4), os clientes conhecem o princípio da entidade mais não colocam em prática, outros 21% (gráfico 4) demonstram que são rigorosos quanto a utilização do princípio. Mesmo sendo demonstrado, de acordo com o gráfico 1, que sempre estão em contato com seus clientes, fica evidente que o princípio da entidade não é tratado de forma tão relevante pelas parte envolvidas.

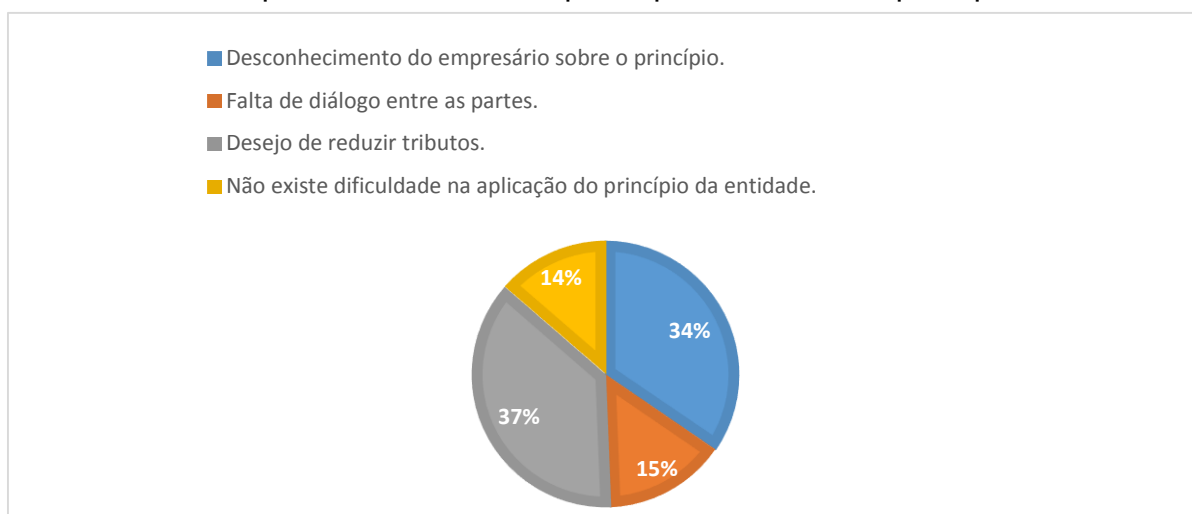
Outro dado a chamar atenção é que 34% (gráfico 5) demonstram que a principal dificuldade em ter o princípio obedecido pela empresa é a falta de conhecimento, já 37% (gráfico5) afirmam que a carga tributária é o grande fator a influenciar as empresas a não obedecerem o princípio da entidade, enquanto 15% (gráfico 5) acreditam que a falta de diálogo entre as partes é o que mais dificulta, já outros 14% (gráfico 5) pensam que não existe dificuldade em aplicar o princípio da entidade pelas empresas.

Gráfico 4 – Atitude dos clientes em relação ao princípio da entidade.



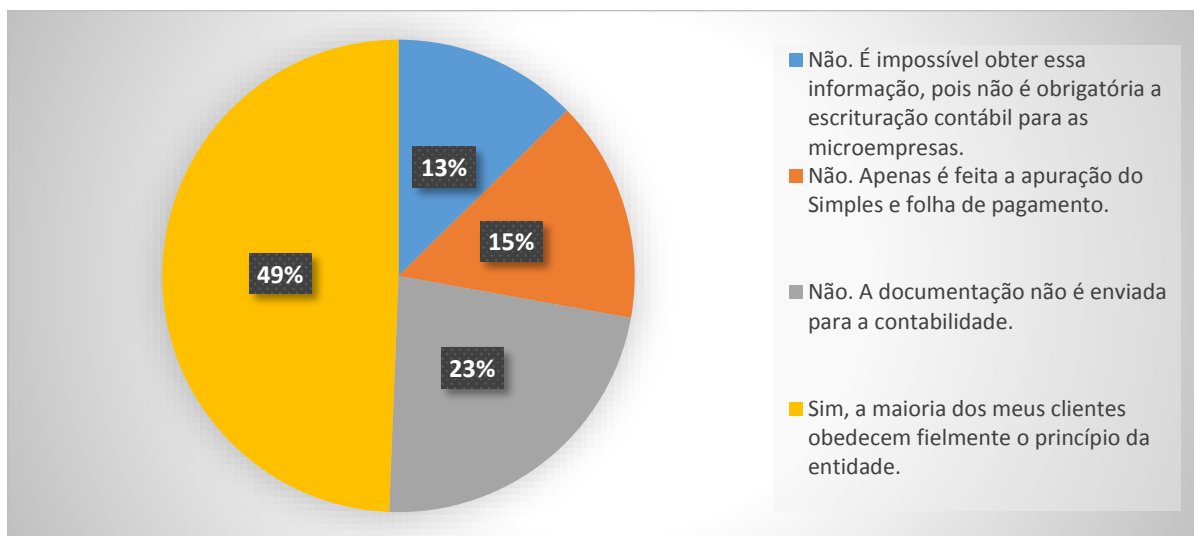
Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Gráfico 5 - Principal dificuldade da empresa para obedecer o princípio da entidade.



Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Gráfico 6 - Possibilidade de identificação da obediência dos clientes ao princípio da entidade.

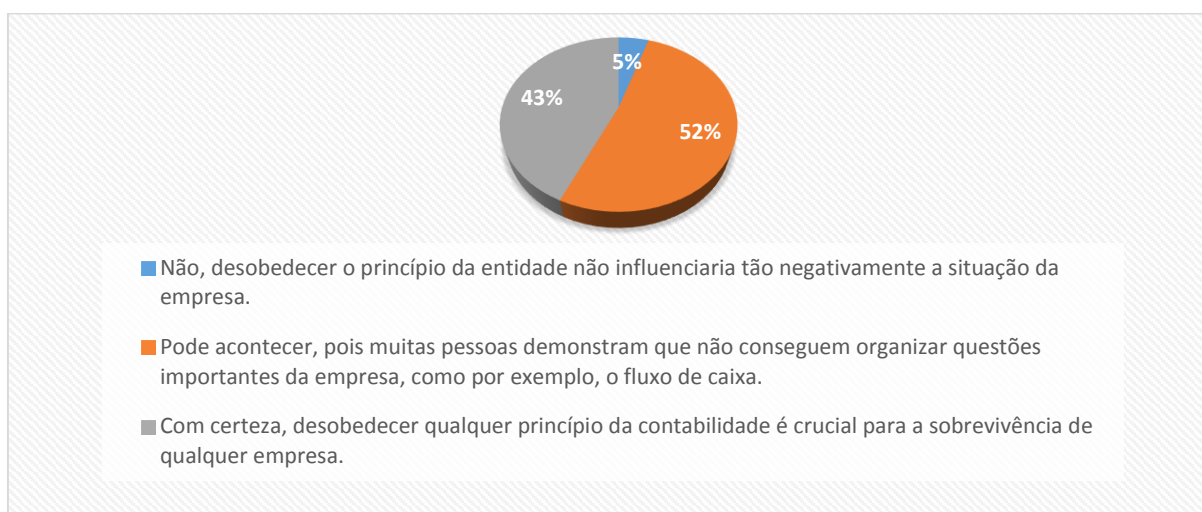


Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Ao serem questionados se é possível identificar se seus clientes obedecem o princípio da entidade, quase 50% (gráfico 6) afirmam que a maioria dos seus clientes obedecem fielmente o princípio da entidade, enquanto 23% (gráfico 6) afirmam que não, pois a documentação não é enviada corretamente para a contabilidade. Em confronto com dados do gráfico 4 onde 65% demonstram que seus clientes conhecem mais não colocam em prática o princípio da entidade, é possível notar que existe uma contradição nas respostas.

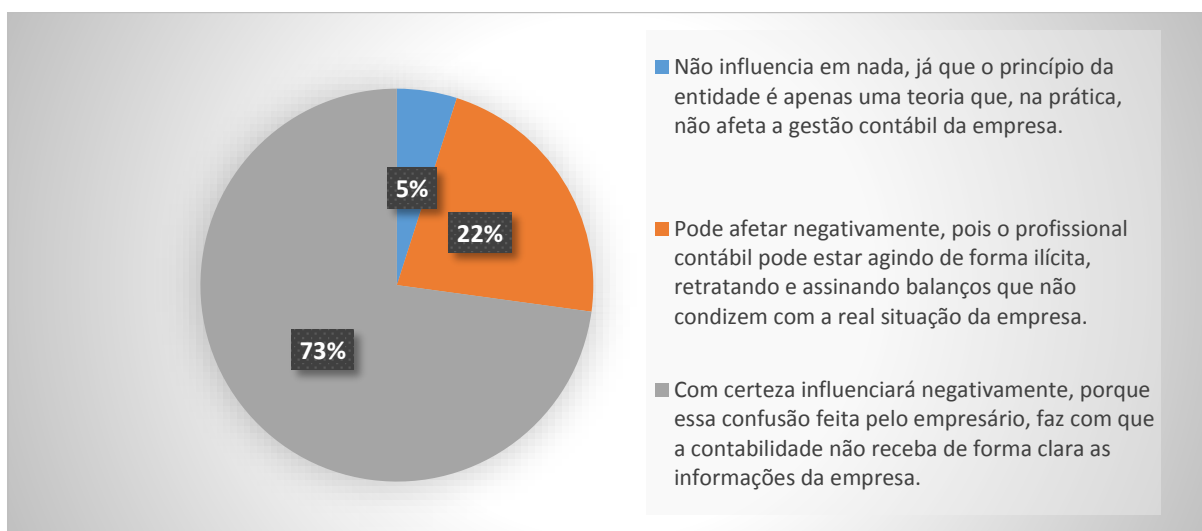
Ainda em relação a possível identificação da utilização do princípio da entidade, um dos entrevistados colocou a seguinte resposta como observação: sim, através da movimentação financeira contabilizada. Outro ponto a observar é que 13% (gráfico 6) responderam que é impossível obter essa informação, pois não é obrigatória a escrituração contábil para as microempresas, o que demonstra certa falta de atenção de alguns dos entrevistados, já que essa alternativa estava errada, pois é obrigatória a escrituração contábil para as microempresas, onde apenas um entrevistado notou e colocou essa observação no questionário.

Gráfico 7 - O princípio da entidade como um fator que influencie no fechamento de algumas empresas.



Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Gráfico 8 - Influência da não aplicação do princípio da entidade na gestão contábil da empresa.



Fonte: Dos próprios autores a partir dos dados da pesquisa.

Sobre a relação do princípio da entidade com o fechamento de algumas empresas, 5% (gráfico 7) dos entrevistados acreditam que não teria tanta influência a não utilização do princípio da entidade, os mesmos 5% (gráfico 8) pensam também que não existe influência na gestão contábil da empresa, para 52% (gráfico 7) pode sim influenciar, pois a desorganização de muitas empresas pode ser fundamental para não sobrevivência, enquanto 22% (gráfico 8) dos profissionais contábeis admitem que pode afetar negativamente a gestão contábil da empresa, já que será retratado

situações que não condizem com realidade da empresa. Outros 43% (gráfico 7) reiteraram que obedecer o princípio da entidade é fundamental para a sobrevivência da empresa, enquanto 73% (gráfico 8) asseguram que a não aplicação do princípio, influenciará de forma negativa a gestão contábil da empresa, pois as informações não serão repassadas de forma clara. Isso demonstra que é fundamental que contabilidade e empresa caminhem lado a lado para o sucesso de ambos.

CONCLUSÃO

O objetivo inicial da pesquisa era demonstrar a percepção dos profissionais contábeis e micro empreendedores do Município de Teófilo Otoni-MG sobre o cumprimento do princípio da entidade para garantir uma atividade contábil eficaz e eficiente. Durante o desenvolvimento do artigo, surgiram obstáculos dificultando a elaboração da pesquisa por parte do empresários. Diante disso, o principal objetivo a ser atingido se tornou a percepção dos profissionais contábeis sobre o cumprimento do princípio da entidade para garantir uma atividade contábil eficaz e eficiente.

Finalizando o trabalho, pode se perceber que o princípio da entidade é sim importante para que a atividade contábil seja eficaz e eficiente, além de demonstrar que é fundamental a comunicação entre os profissionais da contabilidade e as empresas, para garantir que não haja confusão entre o patrimônio do sócio com o patrimônio da empresa.

No projeto de pesquisa foi feito o seguinte questionamento: Qual a percepção dos empresários e profissionais contábeis sobre o princípio da entidade para atividade contábil em Micro e Pequenas Empresas de Teófilo Otoni-MG? Foram levantadas as seguintes hipóteses que responderiam esse questionamento, validadas através da pesquisa de campo.

A hipótese 1 que dizia: A não observância do princípio da entidade seria um empecilho para uma atividade contábil eficaz e eficiente. Hipótese validada, pois em um dos gráficos da pesquisa, fica evidenciado com a opinião de 73% dos profissionais contábeis que o não cumprimento do princípio da entidade afetaria a gestão contábil da empresa.

A hipótese 2: Seria o princípio da entidade uma teoria completamente desconhecida pelos empresários da região e pouco utilizado pelos profissionais contábeis. Hipótese não validada: de acordo com o questionário, 42% dos profissionais contábeis proporcionam encontros para tratar sobre esse assunto.

Já a hipótese 3: A aquisição de conhecimento sobre o princípio da entidade pelos micro e pequenos empresários seria fundamental para a atividade do profissional contábil. Hipótese validada, com 73% das opiniões dos profissionais contábeis, obedecer o princípio da entidade é fundamental para que a contabilidade receba as informações corretas por parte das empresas.

A hipótese nula: O princípio da entidade seria apenas um detalhe exigido pelos profissionais contábeis, que na prática não influenciaria no resultado da empresa. Hipótese não validada, sendo que 52% dos entrevistados pensam que essa confusão feita pelo empresário pode prejudicar sim os resultados das empresas.

O resultado final da pesquisa demonstra que existe a compreensão dos profissionais contábeis sobre a importância do princípio da entidade ser obedecido pelas empresas, mas infelizmente dificilmente é seguido, pois em uma das perguntas, os profissionais, em sua grande maioria assumem que grande parte dos empresários conhecem mais não colocam em prática o princípio, principalmente pela alta carga de tributos existentes no nosso país.

O mercado ainda sofre um pouco com a falta de disciplina, que é algo cultural no nosso país, e de interesse, para colocar realmente em prática as teorias adquiridas. Mesmo tendo a compreensão da importância do princípio da entidade e que a prática desse princípio é fundamental para que se possa garantir não só a atividade do profissional contábil, como a representação fidedigna da empresa, pouco se fala sobre os princípios, parecem poucos relevantes, e são facilmente esquecidos no decorrer das atividades do profissional.

Como ganho científico reforça-se com a pesquisa de campo que é de extrema importância estudar a teoria da contabilidade e que os princípios contábeis são a base da atividade contábil. Como ganho social, não de forma direta, mais indiretamente que os profissionais contábeis possam demonstrar a partir dessa pesquisa mais interesse em esclarecer para as empresas sobre o princípio da entidade. E no âmbito acadêmico, demonstrou aos futuros profissionais sim, uma melhor compreensão do mercado ao qual estarão inseridos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rogério Dias de; MELLO, Maria Celeste Baptista de. **Análise da Aplicação do Princípio da Entidade em Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/3377acf9a78c0f7766e1c41337b1bdc3.pdf>. Acesso em: 29 Out. 2018.

ALBUQUERQUE, Rosani. **Um Estudo Sobre a Violação do Princípio da Entidade e a Visão dos Gestores Sobre a Informação Contábil em Micro e Pequenas Empresas do Comércio da Cidade de Caxias do Sul – RS**. 2011. 61 f. Tese Graduação em Ciências Contábeis – Teoria da Contabilidade, Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1475/TCC%20Rosani%20Albuquerque.PDF?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 Out. 2018.

CÁLCULO DE AMOSTRA MÍNIMA PARA UM ERRO AMOSTRAL MÁXIMO. J. J. Lopes. **YouTube**. 27 Set. 2017. 6min27s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N6RA0iPf6F8&feature=youtu.be>> Acesso em 02 Jun. 2019.

CFC. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3º edição. Brasília: CFC, 2008. 416p. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf>. Acesso em: 29 Out. 2018.

CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

GOMES, Isabela Mota. **Como Elaborar uma Pesquisa de Mercado**. Organização: Viviane Soares da Costa, Any Myuki Wakabayashi, Renata Duarte Foscarini, Adriana Athouguia Sabioni, Cláudio Afrânio Rosa. Belo Horizonte: Sebrae Minas. 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Como+Elaboorar+uma+Pesquisa+de+Mercado.pdf>>. Acesso em: 26 de mai. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**: Para o nível de graduação. 5º edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

LOPES, André Charone Tavares. O Postulado Contábil da Entidade e os Empresários Individuais: uma questão de segregação patrimonial. **Meu artigo**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/o-postulado-contabil-entidade-os-empresarios-individuais-.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LOPES, André Charone Tavares. Os princípios contábeis segundo a resolução CFC 750/93: O conselho federal de contabilidade publicou no início da década passada. Através da resolução CFC 750/93, “os princípios fundamentais da Contabilidade”. **Meu Artigo Brasil Escola.** Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/os-principios-contabeis-segundo-resolucao-cfc-750-.htm>>. Acesso em: 29 Out. 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 11ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

PEREIRA, Jose Everardo Alves; LEMES. Vladimir Pereira; GONZALES, Alexandre. Os novos desafios da contabilidade para micros e pequenas empresas: Uma análise sobre as perspectivas de adaptação e a utilização do escrituração simplificada para microempresa e empresa de pequeno porte – ITG 1000. **Redeca**, v. 4, n. 1, p.46 – 61, Jan/Jun. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318596763_OS_NOVOS_DESAFIOS_DA_CONTABILIDADE_PARA_MICROS_E_PEQUENAS_EMPRESAS_UMA_ANALISE SOBRE_AS_PERSPECTIVAS_DE_ADAPTACAO_E_A_UTILIZACAO_DA_ESCRITURACAO_SIMPLIFICADA_PARA_MICROEMPRESA_E_EMPRESA_DE_PEQUE NO_POR>. Acesso em: 29 Out. 2018.

PIVA, Amanda de Moura. A importância do princípio da entidade nas pequenas e médias empresas. **Contábeis o portal da profissão contábil.** Jul. 2017. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/2712/a-importancia-do-principio-da-entidade,nas,pequenas-e-medias-empresas/>>. Acesso em: 29 Out. 2018.

PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/principios.php>>. Acesso em 29 Out. 2018.

ROCHA, Marcela Sampaio et al. O conhecimento e a Aplicação do Princípio da Entidade pelos microempresários do setor comercial da cidade de Sobral – CE. **Revista de Administração do Sul do Pará - Fesar**, v. 5, n.1, p.8-24, Jan./Abr. 2018.

SILVA, Manoel Carlos Ferreira da; MOROZINI, João Francisco; CASTRO, Jéssica. O princípio da entidade contábil e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica. **Revista Capital Científico – Eletrônica Unicentro.** V. 11, n.2, Mai/ Ago. 2013. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/viewFile/2481/2037>>. Acesso em: 29 Out. 2018.

TEIXEIRA, Aridélmo; COSTA, Fábio Morais; GALDI, Fernando Caio. Princípios e Normas Contábeis. In: ROBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Editora Atlas, 2009. p. 75-84.